



Resumo Executivo da 161ª Reunião da Comissão Intergestores Tripartite

Data: 07 de fevereiro de 2018

Local: Auditório do The Union - SMAS Trecho 3 lote 1, The Union - Brasília/DF

Horário: 09h30m

Membros presentes: representantes do MDS – Maria do Carmo Brant (titular), Allan Camello Silva (titular), Renata Ferreira (titular), Halim Girade (titular), Antônio Henriques (suplente), Mariana Neris (suplente), Karoline Aires (suplente); Solange Teixeira (suplente), representantes do FONSEAS – Josbertini Clementino (titular), Patrícia Amaral (titular), Rosilene Rocha (titular), Elisa Nobre (titular); representantes do CONGEMAS – Vanda Anselmo (titular), José Crus (titular), Maria das Dores Sousa (titular), José Roberto Zanchi (titular), Solange Zago (titular).

A **161ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) da Assistência Social**, ocorreu em Brasília, em 7 de fevereiro de 2018. Os gestores discorreram sobre o Compromisso Nacional “Acolher, Conviver e Incluir” pela Implementação das Prioridades do Plano Decenal (2016 – 2026); o Saldo de Recursos referente ao repasse de 2017 e a Execução Financeira de 2018; a [Portaria MDS nº 517/2017](#) que altera as regras do repasse do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF); o Programa Criança Feliz e a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa; a Viabilidade de realização das Reuniões da CIT, do Conselho Nacional de Assistência Social – (CNAS) e o Calendário CIT 201; o Balanço do Cadastramento dos Idosos Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – (BPC) no Cadastro Único; as Estratégias para 2018; e a agenda do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão Municipal.

A diretoria do Departamento de Proteção Social Especial, da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) apresentou a proposta inicial do plano “ACOLHER, CONVIVER E INCLUIR” que trata do Compromisso Nacional pela Implementação das Prioridades previstas no II Plano Decenal (2016 – 2026), na qualidade de discussão preliminar que será aprofundada no sentido de contemplar as demandas dispostas no II Plano Decenal da Assistência Social.

Como propostas para ações iniciais de execução do Compromisso, elencou-se: A) Unificação dos blocos de financiamento da Proteção Social Especial - PSE (média e alta complexidades). A unificação dos blocos de financiamento será implantada a partir do primeiro repasse de recursos de 2018. A direção do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS informou não haver a necessidade de alteração no orçamento de 2018 para implementação da ação; B) Construção de diagnósticos, metodologias e orientações técnicas, levando-se em consideração os ciclos de vida e situações específicas; e C) Regulamentação do papel das famílias guardiãs nas ações de guarda subsidiada; D) Questionário de Medidas Socioeducativas em meio aberto e; E) Continuidade da Câmara Técnica dos Serviços de Acolhimento.

A diretoria do FNAS apresentou a evolução da Execução Financeira de 2014 a 2018, incluindo restos a pagar e valores pendentes por bloco e competência. Informou-se que, após o repasse de várias parcelas feito no mês de dezembro de 2017, vários municípios e estados entraram na situação de suspensão temporária por volume de saldo prevista na [Portaria MDS nº 36, de 23 de abril de 2014](#). A portaria trata, dentre outros assuntos, da suspensão do repasse dos recursos quando o somatório dos saldos constantes nas contas bancárias vinculadas aos serviços for maior ou igual a doze meses de repasse. Assim, a SNAS apresentou minuta de resolução que excepcionaliza a Portaria nº 36/2014, nesse aspecto, para os entes que estão nessa condição a partir do repasse de dezembro de 2017. A minuta foi discutida e pactuada após alteração da redação, que estabelece o prazo máximo da excepcionalização até janeiro de 2019, com dois períodos de avaliação de sua manutenção, em julho e outubro de 2018.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) apresentou os dados relativos aos saldos municipais e estaduais do IGD-PBF que motivaram a aplicação de novo componente (multiplicador) no cálculo do índice, pela [Portaria MDS nº 517/2017](#). Tal multiplicador está sendo aplicado aos entes cujos saldos tenham grande volume de parcelas (aplicando-se multiplicador diferenciado conforme o acúmulo de saldo) e sejam superiores a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). O Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) chamou atenção para a necessidade de apoio técnico efetivo, pois o acúmulo de saldo, na maioria dos municípios, ocorre por dúvidas relacionadas à execução de recursos.

A Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH) apresentou a situação atual do Programa Criança Feliz no país, conforme adesão, contratação, visitas, acompanhamento pelo programa e elegibilidade de municípios. Informou também que, em relação aos estados, alguns já utilizaram o recurso conforme partilha pactuada para 2016 e 2017, não havendo nova pactuação para autorização de repasse. Dessa forma, a CIT pactuou pela continuidade de repasse aos estados, a partir da liberação de recursos, conforme partilha pactuada em 2016. A SNPDH ainda anunciou proposta do selo “Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa” - EBAPI, como forma de provocar os entes federados para a atenção à pessoa idosa, por meio de concessão do selo com base nas iniciativas que são ofertadas a esse público.

A secretária nacional de Assistência Social, Maria do Carmo Brant, informou sobre os esforços da SNAS para que o MDS retome a regularidade na aquisição de passagens, a fim de viabilizar a realização das reuniões da CIT e do CNAS. Mesmo ainda não tendo definição precisa de data para que essa situação seja resolvida, a tentativa é de que as aquisições para as reuniões de março já ocorram dentro da normalidade. A partir dessa informação, a proposta do Calendário CIT 2018 foi apresentada e pactuada após ajustes de datas em relação aos encontros regionais do Congemas.

O Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários (DBAP) informou sobre o cadastramento dos beneficiários do BPC à Pessoa Idosa no Cadastro Único que, no mês de dezembro de 2017, teve percentual de cadastramento de 61% (sessenta e um por cento).

[A Portaria Interministerial nº 05, de 22 de dezembro de 2017](#), alterou a [Portaria Interministerial Nº 02/2016](#), permitindo a ampliação do prazo para inscrição no

Cadastro Único do beneficiário idoso para o ano de 2018. Assim, o cadastramento de beneficiários idosos ocorre simultaneamente ao período definido para as pessoas com deficiência. O DBAP apresentou propostas de ações de comunicação para o ano de 2018, como estratégias de alcance de beneficiários ainda não cadastrados.

O Departamento de Gestão do SUAS – (DGSUAS), da SNAS, apresentou a situação atual do alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão Municipal, cuja vigência compreendia o quadriênio 2014-2017. O objetivo da apresentação foi o de iniciar as discussões de propostas de agenda para elaboração de diagnóstico mais qualitativo do Pacto vigente para nova pactuação do quadriênio 2018-2021. As representações do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social (Fonseas) e do Congemas solicitaram que seja formado grupo de trabalho composto pelas três esferas de governo com o fim de elaborar a proposta de diagnóstico mais qualitativo. Definiu-se que o ponto retornará na pauta da CIT de abril.

Secretaria Técnica da CIT
Departamento de Gestão do SUAS
Secretaria Nacional de Assistência Social

Contatos:

Telefone: 61 2030 3111

E-mail: citsecretariatecnica@mds.gov.br